



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input checked="" type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Projeto de Intervenção no Patrimônio Edificado: Uma Análise do Manual de Elaboração de Projetos/Programa Monumenta

Intervention in the Constructed Patrimony Project: An Analysis of the Projects Elaboration manual/ Program Monumenta

Proyecto de Intervención en el Patrimonio Construido: Un Análisis del Manual para Preparación de los Proyectos/ Programa Monumenta

VIEIRA, Monique Lessa (1);

GOES, Gércica Vasconcelos (2)

(1) Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, RN, Brasil; email: jm.moniquelessa@gmail.com

(2) Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, RN, Brasil; email: gersicavg@gmail.com

Projeto de Intervenção no Patrimônio Edificado: Uma Análise do Manual de Elaboração de Projetos/Programa Monumenta

Intervention in the Constructed Patrimony Project: An Analysis of the Projects Elaboration Manual/ Program Monumenta

Proyecto de Intervención en el Patrimonio Construido: Un Análisis del Manual para Preparación de los Proyectos/ Programa Monumenta

RESUMO

As áreas históricas têm passado por um estado de abandono e degradação. Felizmente, esta situação vem sendo aos poucos modificada, onde se destaca a gestão dos sítios históricos para reversão deste quadro. O Brasil vem ao longo dos anos traçando sua trajetória na gestão de sítios históricos. Entende-se que apesar do conceito de patrimônio abranger não só a esfera arquitetônica, mas também o social e o econômico, uma das estratégias de gestão dos sítios históricos é conservar o máximo possível do patrimônio construído destas áreas. Para isso, é necessário enfatizar a necessidade do rigor metodológico como base para o desenvolvimento de projetos de intervenção. Logo, o cerne da reflexão é identificar a contribuição do Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural que integra o conjunto de Cadernos Técnicos do Programa Monumenta. Apesar do Monumenta já ter encerrado suas atividades no ano de 2012, analisá-lo é uma discussão válida, pois o manual continua a ser utilizado como referência para quem vai projetar nestas áreas.

PALAVRAS-CHAVE: projetos de intervenção, Programa Monumenta, autenticidade

ABSTRACT

The historical areas have passed through a state of abandonment and degradation. Fortunately, this situation has been gradually changing, which is where we can point out the question of the management of the historical sites in the reversal of this situation. Brazil has, throughout the years, been laying out its trajectory in regards to the management of the historical sites. It can be understood that although the patrimonial concept covers not only the architectural sphere, but also the social and economic spheres, one of the management strategies of the historical sites is to conserve as much as possible of the constructed patrimony of these areas. As such, it is necessary to emphasize the necessity of having a rigorous methodology with a foundation geared towards developing projects of intervention. Therefore, the crux of this reflection is to identify the contribution of the Cultural Patrimony Projects Elaboration Manual which integrates the collection of Monumenta Program Technical Notebooks. Although Monumenta already concluded its activities in 2010, analysis of the manual is a valid discussion, because the manual continues to be utilized as a reference for those who will project in these areas.

KEY-WORDS: projects of intervention, program Monumenta, authenticity

RESUMEN

Las zonas con interés histórico han pasado por una situación de abandono y degradabilidad. Afortunadamente, esta condición ha sido cambiada paulatinamente, donde se llama la atención de la gestión de las zonas históricas para revertir esta situación. El Brasil está escribiendo su historia en esta cuestión. Se entiende que, aunque el concepto de patrimonio abarca no sólo el ámbito arquitectónico, sino también los problemas sociales y económicos. Una de las estrategias para la gestión de las zonas de interés histórico es preservar la mayor cantidad de patrimonio arquitectónico de estas áreas. Para ello, es necesario destacar la necesidad de rigor metodológico como base para el desarrollo de los proyectos de intervención. Así, el centro de la reflexión es identificar la contribución del Manual de Desarrollo de Proyectos para la Preservación del Patrimonio Cultural, que integra el conjunto de documentos técnicos del Programa Monumenta. Aunque el Monumenta ya ha terminado sus actividades, estudiar el manual es una discusión válida, ya que el manual continúa para ser utilizado como una referencia para los que diseñan en estas zonas.

PALABRAS-CLAVE: proyectos de intervención, Programa Monumenta, autenticidad

1 INTRODUÇÃO

As áreas históricas têm passado por um estado de abandono e degradação. Onde, a “primeira característica recorrente diz respeito à questão do esvaziamento populacional ocorrido nessas áreas, em muitos casos associado à perda ou drástica redução do uso residencial.” (VIEIRA, 2008, p:77). Este quadro também se agrava devido à transferência de atividades econômicas para outras áreas da cidade que possuem maior conformidade com as necessidades da vida moderna.

Esta degradação das áreas históricas provoca uma série de mudanças indesejáveis que além do crescente número de imóveis abandonados causa a perda da identidade e do sentimento de pertencimento por parte da população local.

Felizmente, esta situação vem sendo aos poucos modificada, onde podemos destacar a questão da gestão dos sítios históricos para reversão deste quadro de abandono e deterioração. Para a reabilitação destas áreas, torna-se cada vez mais imperativa a necessidade de manter as ligações sociais, econômicas e culturais, além de consolidar a participação e o apoio dos grupos sociais envolvidos na dinâmica urbana.

2 O RIGOR METODOLÓGICO PARA O PROJETO DE INTERVENÇÃO

Entende-se que apesar do conceito de patrimônio abranger não só a esfera arquitetônica, mas também o social e o econômico observa-se que uma das estratégias de gestão dos sítios históricos é conservar o máximo possível do patrimônio construído destas áreas, por isso discutir critérios de intervenção para estes bens de reconhecido valor patrimonial é de grande valia para garantir a preservação patrimonial.

Em âmbito nacional as recentes discussões sobre as especificidades de projetar em áreas de valor patrimonial apontam para uma atuação caracterizada pelo arbítrio, quando deveriam se caracterizar pelo rigor (KÜHL, 2006). Muitos arquitetos que atuam neste tipo particular de projeto, não adotam o rigor metodológico que a prática restaurativa necessita, ao contrário, o que se vê é uma total liberdade para se manifestar como eles desejam e conseqüentemente, muitas propostas são impertinentes e injustificáveis.

Kühl (2006) enfatiza a “necessidade de rigor metodológico na restauração, como condição necessária para a execução de projetos arquitetônicos que de fato respeitem o bem que se quer preservar e como fio que conduz o processo criativo.” (KÜHL, 2006, p:19) e destaca:

É imperioso que a intervenção seja muito bem fundamentada – nas ciências em geral e nas humanidades em particular, em especial na história e na estética – para evitar arbitrariedades [...]. Desse modo é necessário discutir os princípios que deveriam reger as atuações práticas. (KÜHL, 2006, p:21)

Sobre a prática arquitetônica contemporânea é importante apontar o desconhecimento do debate sobre a preservação dos bens e dos preceitos teóricos da restauração. Ao ignorar este contexto os arquitetos afastam-se de uma “abordagem rigorosa e fundamentada, para se recair no empirismo e no arbítrio”. Entretanto, é necessária uma interpretação crítica destes conhecimentos associados a uma leitura das experiências praticadas, onde deve haver um “continuo intercâmbio entre teoria e prática, para poder aplica-los as atuais circunstâncias”. (KÜHL, 2006, p:33)

Na prática vemos que muitos projetos de intervenção podem ser divididos com a adoção de duas posturas extremas, aqueles dos profissionais que vão copiar ou reproduzir os estilos do



passado ou até mesmo buscar a feição original do edifício, desconsiderando as fases que a obra passou ao longo dos anos. E, aqueles que buscam a afirmação da arquitetura contemporânea que muitas vezes não respeita o preexistente e é vista como ato egocêntrico e exibicionista de muitos arquitetos. A obra que inicialmente se quer transmitir ao futuro fica obscurecida pela ostentação da nova arquitetura.

Entretanto, diante destes dois extremos, observa-se o florescimento de debates que apontam para uma postura intervencionista onde o novo e o preexistente se articulam sem perder a individualidade e personalidade de cada um.

3 POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO URBANA: TRAJETÓRIA BRASILEIRA

A partir do ano de 1920, inicia-se no Brasil uma movimentação no sentido de se construir uma legislação para a preservação patrimonial. Estas iniciativas que começaram no âmbito do governo federal passam a ser observadas também nos governos estaduais, principalmente em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

A partir da década de 1930, a temática acerca da proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro passa a ser tratada sob o aspecto institucional, sendo fundado em 1937 o SPHAN¹ (Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional), órgão federal responsável pela salvaguarda dos bens de interesse da história brasileira. Uma das primeiras ações da instituição foi dar início ao processo de tombamento como sítios históricos de algumas cidades mineiras, como por exemplo, Diamantina, Mariana, Ouro Preto e São João Del Rei, em 1938.

É importante ressaltar que o país se encontrava em um momento de reconhecimento e valorização do que se acreditava ser genuinamente da cultura nacional. Desta forma, o ideário preconizado pela instituição SPHAN, orientado pela presença de um grupo de intelectuais modernistas apresentava a arquitetura e o urbanismo colonial como elementos representativos da identidade brasileira. Portanto, não cabia a proteção patrimonial sob as demais cidades que não contemplavam esse caráter. Como bem explica Sant'anna (2004),

Nesse primeiro momento, a área ou setor urbano merecedor do título de patrimônio nacional era concebido como monumento artístico, uma obra de arte acabada, que deveria ser preservada como tal. A cidade-patrimônio era correntemente denominada de "cidade-monumento" e as operações de conservação eram realizadas com vistas a reforçar uma unidade estética vinculada ao que os intelectuais modernistas que fundaram o SPHAN concebiam como valor artístico. Essa idéia era concretizada mediante a aplicação de regras rígidas para o controle de intervenções e por meio da restauração dos imóveis do conjunto a um estado identificado como a produção arquitetônica do período colonial. (SANT'ANNA, 2004, p:27)

Sobre esse acervo da arquitetura colonial, Castriota (2009) elucida sobre a valorização desse patrimônio cultural edificado:

(...) a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, sendo as obras anteriormente realizadas interpretadas como uma transplantação direta para o País da arquitetura de Portugal – uma espécie de "pré-história" da verdadeira arquitetura brasileira. Corolário de tal tese, teríamos o mito de que somente a arquitetura barroca – além da modernista, naturalmente – tinha dignidade, sendo o século e meio entre os dois períodos considerados totalmente estereis e dignos de esquecimento. Assim, não é de estranhar que o próprio ato do tombamento de núcleos históricos em Minas Gerais, em 1938, entre os quais Ouro Preto já aponte como valor decisivo o "valor artístico" e não o "valor histórico" do conjunto, que é visado, antes de mais nada, sob o ponto de vista estético. Considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é abordada segundo critérios puramente estilísticos,

¹ Mais tarde, denominado de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional).

ignorando-se completamente “sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído”. Com isso, instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real. (CASTRIOTA, 2009, p:74)

A partir dos anos 50, com a industrialização e o crescimento acelerado de várias cidades, observa-se que as ações preservacionistas caminharam com o objetivo de proteger os bens arquitetônicos das grandes cidades. Sant’anna (2004) destaca que neste momento foram selecionados alguns conjuntos urbanos para proteção, que posteriormente serão os centros históricos das cidades. Entretanto, a “retirada destes conjuntos urbanos do processo de transformação urbana levou-os paradoxalmente, em muitos casos, à desvalorização, abandono e destruição.” (VIEIRA, 2008, p:90).

O que se observa na trajetória brasileira na gestão dos sítios históricos, é que durante muitos anos a prática preservacionista esteve concentrada nas ações do IPHAN. Entretanto, a partir da década de 1990 essa concentração aos poucos vai sendo descentralizada passando a responsabilidade em grande medida para os governos estaduais e municipais, além da criação de programas nacionais como é o caso do Monumenta/BID, que funcionou com uma estrutura paralela ao IPHAN.

Cruz (2009) acrescenta:

O programa Monumenta tem como princípio fundamental a ideia de que a ação do Estado não é suficiente para garantir a conservação do patrimônio cultural, sendo necessária uma ação conjunta entre os setores público e privado, além da mobilização da sociedade civil. Nesse contexto, o programa Monumenta associa a sustentabilidade de suas ações à atração de parceiros do setor privado e à capacidade dessas ações de promover a dinamização da economia e a renovação dos investimentos privados na área. (CRUZ, 2009, p:142)

Já no ano de 2009, foi implantado o Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas². Componente do eixo Comunidade Cidadã do Programa de Aceleração do Crescimento, com o objetivo promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados. O PAC Cidades Históricas foi:

(...) aberto a todas as cidades que possuam patrimônio protegido e que formulem planos de ação consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas áreas históricas, para a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural, com a atuação integrada do setor público, privado e da sociedade, de forma a fortalecer a ação integrada de planejamento com os entes governamentais em prol da preservação. (BRASIL, 2009, p:4)

Pode-se destacar, diante desta trajetória, que o início da prática preservacionista no Brasil foi fortemente marcada pela preservação de obras consideradas significativas das principais épocas de nossa formação. E com isso várias obras de restauro efetuadas pelo órgão federal foram realizadas com um completo desrespeito pelas alterações ocorridas nas obras com o decorrer do tempo.

Ao analisarmos intervenções mais atuais realizadas no país, veremos que apesar das discussões teóricas e da adoção de posturas diversas de intervenção que reconhecem o tempo da intervenção e negam a criação de falsos históricos, onde o novo e o preexistente se articulam sem perder a individualidade e personalidade de cada um, vemos, ainda, a

² Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

perpetuação de práticas intervencionistas que Nascimento, Vieira (2012) vão chamar de “A cristalização da eterna imagem do passado³”, que infelizmente como veremos nos exemplos a seguir podem ser justificados pelo próprio Manual de Elaboração de Projetos.

4 MANUAL DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - PROGRAMA MONUMENTA

Segundo Kuhl (2008, p.100) os estudos sobre a prática preservacionista no Brasil estão, em sua maioria, voltados para aspectos como a “transformação dos órgãos de preservação, as políticas públicas patrimoniais, as implicações do tema no campo sociológico, antropológico, historiográfico, a discussão sobre o papel da memória”. Para ela, textos voltados para critérios de intervenção ainda são muito incipientes. Diante desta lacuna, um questionamento surge: existe alguma orientação teórico-metodológica difundida e exigida pelo IPHAN para projetos de intervenção que deverão ser submetidos ao órgão?

Partindo desta questão, o que foi encontrado de mais próximo de uma orientação detalhada sobre como proceder ao realizar um projeto de intervenção foi o Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural (2005) que integra o conjunto de Cadernos Técnicos do Programa Monumenta. Apesar do Monumenta ter encerrado suas atividades no ano de 2012, analisar o manual de elaboração de projetos ainda é uma discussão válida, pois a formatação do PAC Cidades Históricas é fruto da experiência deste o Programa. Além do que, o manual continua a ser utilizado como referência tanto pelos profissionais envolvidos com projetos de bens imóveis protegidos com tombamento, como também pelos técnicos do IPHAN para a aprovação dos projetos.

Os Cadernos Técnicos do Programa Monumenta foram elaborados com a finalidade de consolidar e transmitir os conceitos, normas e preceitos que orientam a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico protegido pela União.

Como o objetivo é identificar a contribuição deste manual para obter o rigor metodológico que se espera daqueles que trabalham com projetos de intervenção, será feita uma análise crítica ao capítulo três (Disposições Gerais), especificamente, do subitem **Premissas** que estabelece diretrizes para elaboração dos projetos de preservação.

Os projetos deverão ser elaborados respeitando os valores estéticos e culturais do Bem, com o mínimo de interferência na autenticidade do mesmo, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos, do espaço envolvente ou outras. (BRASIL, 2005, p:15).

De uma forma geral as premissas apontadas pelo manual restringem-se a mínima interferência na autenticidade do bem. Entretanto, cabe ressaltar que o termo autenticidade infelizmente ainda está implicitamente relacionado ao “original” ou ao momento de construção do bem, apesar de contribuições mais recentes como a de Jokilehto (2006) concluir que ao abordar a **autenticidade**, deve-se ter em mente as noções de continuidade, mudança e verdade.

Percebe-se na leitura das premissas do manual uma série de incoerências em relação à **autenticidade**, que podem dar margem a interpretações errôneas, como a Premissa:

3 Título do artigo: A cristalização da eterna imagem do passado nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para uma superação?. In: Anais do ENANPARQ- II. Natal: 2012

Garantir a **autenticidade** dos materiais implica na manutenção da maior quantidade possível de **materiais originais**, de modo a evitar falsificações de caráter artístico e histórico. (BRASIL, 2005, p:15-grifo das autoras)

O que se percebe nesta premissa é que de certo modo, há uma contradição entre o termo autenticidade e o objetivo da premissa que é evitar as falsificações históricas. Como o conceito de autenticidade está relacionado às noções de continuidade, mudança e verdade, em muitos casos manter a “maior quantidade possível de materiais originais” vai justamente provocar o falso histórico. Pois, o que vai determinar a manutenção destes materiais é a integridade, ou seja, o estado de conservação do bem, ou ainda a sensação de completude (JOKILEHTO, 2006) ainda presente na matéria. Se o estado de conservação não estiver adequado, manter este material “original” pode provocar uma reconstrução mimética do mesmo, ou seja, o famoso “pastiche” que por muitos anos foi uma prática recorrente no IPHAN, e que infelizmente, apesar dos debates atuais, continua sendo prática contemporânea em todo o Brasil.

Outro ponto de incoerência pode ser notado nas premissas:

A preservação *da autenticidade* do espaço envolvente não implica no **entendimento do Bem isoladamente e sim no contexto no qual está inserido**, considerando os aspectos natural, histórico, quer urbano ou rural. (BRASIL, 2005, p:16 – grifo das autoras)

As propostas relativas **ao resgate de determinados aspectos estéticos do Bem** devem estar baseadas e fundamentadas em análises e argumentos inquestionáveis sobre **a autenticidade do espaço envolvente**. (BRASIL, 2005, p:16 – grifo das autoras).

Ao afirmar que a preservação da autenticidade deve considerar o contexto no qual o bem está inserido, estas premissas dão margem à propagação de práticas intervencionistas que considerando, o espaço envolvente, podem desconsiderar por completo as mudanças ocorridas no edifício ao longo dos anos, implicando em propostas arquitetônicas de retorno a um estado “original” que tem o objetivo de resgatar determinados aspectos estéticos do bem, baseados na autenticidade do espaço envolvente.

Para analisarmos esta abordagem da autenticidade ainda arraigada ao resgate de um estado original e supostamente autêntico em relação ao contexto no qual o bem está inserido, mostraremos o caso da intervenção no município de Natividade em Tocantins.

5 AÇÕES DO MONUMENTA: O CASO DA INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE EM TOCANTINS

O município de Natividade inscrito no livro de tombamento arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico e belas artes do IPHAN no dia 16 de outubro de 1987, apresenta uma estrutura urbana colonial, com ruas irregulares e seu conjunto arquitetônico destaca-se por sua simplicidade, com ausência de monumentalidade nas construções públicas e privadas.

Por ter mantido o seu traçado urbano original compatível com o das cidades coloniais e por ainda ter um conjunto arquitetônico colonial pouco alterado, Natividade foi contemplada com o Programa Monumenta, que tinha como diretriz de intervenção “a “recuperação” de imóveis privados apoiado na ideia de “recomposição” estilística do período da arquitetura singela do ciclo do ouro e da pecuária” (PICANÇO, 2009, p:80), que produziram um verdadeiro cenário de “autenticidade” (Figuras 01 a 06).

O Programa Monumenta conseguiu, realmente, atingir o seu objetivo de preservação no sentido de alcançar o retorno ao estilo do período do ouro ou da pecuária, dentro da leitura urbana. Mas, essa

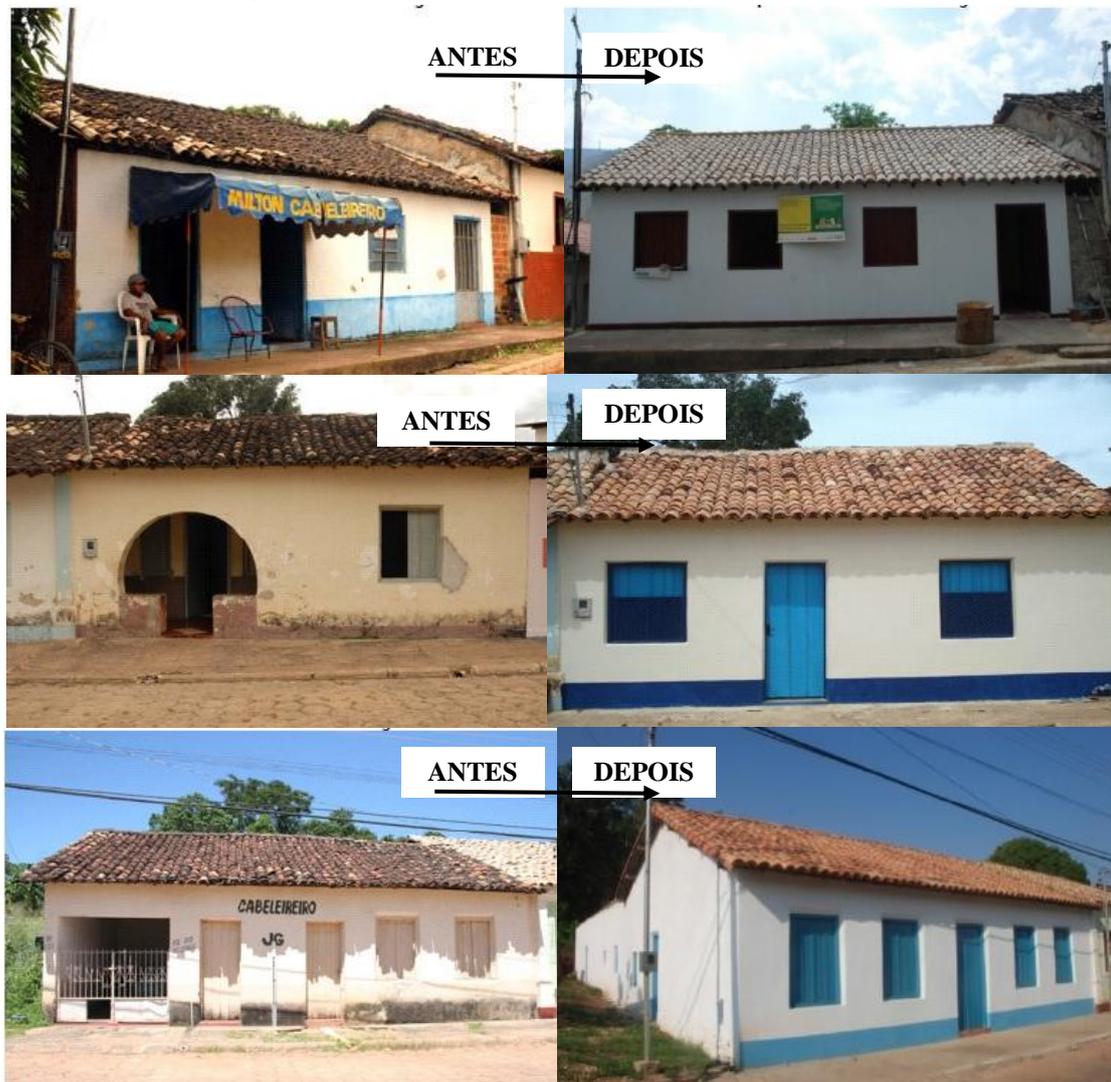
preservação foi expressada, sobretudo, nas fachadas. As plantas foram bastante modificadas com o passar do tempo e não havia verba suficiente para o resgate, pois os empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Federal eram baixos para o total resgate estilístico das edificações. (PICANÇO, 2009, p:101)

Para as intervenções foram selecionados 20 imóveis privados, e destes apenas em dois as intervenções não foram “satisfatórias”.

Diante destes exemplos na cidade de Natividade, entre tantos outros realizados ao longo da trajetória preservacionista no Brasil, nos questionamos: Este tipo de intervenção de um retorno a uma feição original não poderia ser “justificado” pelas premissas do Manual de elaboração de projetos/Monumenta? Que conclui:

A autenticidade estética corresponde ao **respeito às ideias originais que orientaram a concepção inicial do Bem e das alterações introduzidas em todas as épocas**, que agregando valores, resultaram numa outra ambiência, também reconhecida pelos seus valores estéticos e históricos. (BRASIL, 2005, p:16 – grifo nosso)

Figuras 01 a 06: Imóveis antes e depois das intervenções do Monumenta



Fonte: PICANÇO, 2009.



Mas o que vemos, é apenas um respeito ao original e um total desrespeito as alterações introduzidas em todas as épocas nos imóveis e uma total falta de diálogo com as contribuições de vários encontros a respeito da preservação patrimonial, como a da Carta de Brasília⁴ afirmando justamente o que a cenografia não é autenticidade:

Em edifícios e conjuntos de valor cultural, as fachadas, a mera cenografia, os fragmentos, as colagens, as moldagens são desaconselhados porque levam à perda da autenticidade intrínseca do bem (CONE SUL, 1995, p:327 e 328).

Como também, não seria justificável, criar este falso histórico ou cenário, uma vez que a cidade ainda preserva seus traços coloniais, pois se quem vai realizar um projeto de intervenção se basear na premissa de que garantir a preservação da autenticidade (ao momento de construção) da cidade não implica apenas no entendimento do bem isoladamente (imóveis privados), mas sim no seu contexto ainda preservado não poderia cair no erro da falsificação?

Diante do exposto através análise do manual de elaboração de projetos do programa Monumenta e os exemplos de intervenção, pode-se apontar que a abordagem com que o termo autenticidade é definido no manual com uma implícita conceituação de retorno ao “original” pode subsidiar a perpetuação da prática mimética, não permitindo o rigor metodológico necessário para este tipo particular de projeto arquitetônico.

Diante deste exemplo, podemos observar uma atuação do órgão federal totalmente ausente de referenciais conceituais sobre a prática preservacionista que desde a Carta de Restauração de Veneza, de 1931, já preconizava o respeito pelas várias fases da obra, e também o princípio da distinguibilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto observa-se que o projeto de caráter intervencionista em bens patrimoniais necessita de mais acuidade por parte do arquiteto, que este analise os fatores que estão correlacionados com o objeto arquitetônico a ser trabalhado.

A falta de diretrizes norteadoras baseadas no rigor metodológico desencadeia em uma série de exemplos mal sucedidos de intervenções, tornando comum observarem-se nos conjuntos urbanos históricos, pastiches ou mesmo a perda desnecessária da integridade do bem restaurado.

Diante desse quadro, torna-se imperativa a necessidade da preocupação com a autenticidade e integridade do patrimônio arquitetônico edificado, para que o restauro não acarrete em maiores perdas ao bem e ao conjunto urbano.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IPHAN. *Programa de aceleração para o crescimento- PAC Cidades Históricas*. 2009. 34p.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Instituto do Programa Monumenta/ Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga*. _ Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

⁴ Fruto do encontro entre os países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) que visava debater as questões do patrimônio cultural.



- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CONE SUL. *Carta de Brasília: Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade*, 1995. In CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 323-328
- CRUZ, Luana Honório. *Centros Históricos e desenvolvimento urbano: um estudo comparativo entre os programas Monumenta no Brasil e Polis em Portugal*. 2009. 190p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006.
- JOKILEHTO, Jukka. *Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context*. In: *City & Time* 2 (1): 1. [online] URL: <http://www.ct.ceci-br.org>, 2006. (achei)
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Restauração Hoje: Método, Projeto e Criatividade*. In: *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, n. 6, São Paulo, set. 2006. p. 19-33.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: Reflexos sobre sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, FAPES, 2008.
- NASCIMENTO, José Clewton do, VIEIRA, Natália Miranda. *A cristalização da eterna imagem do passado nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para uma superação?*. In: *Anais do ENANPARQ- II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Natal: 2012.
- PICANÇO, Valéria M.P.A. *Preservação Patrimonial x Qualidade de vida: Avaliação Pós-ocupação no Programa Monumenta. Centro Histórico de Natividade- Tocantins*. 2009. 171p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2009.
- SANT'ANNA, Márcia. *A cidade- atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.